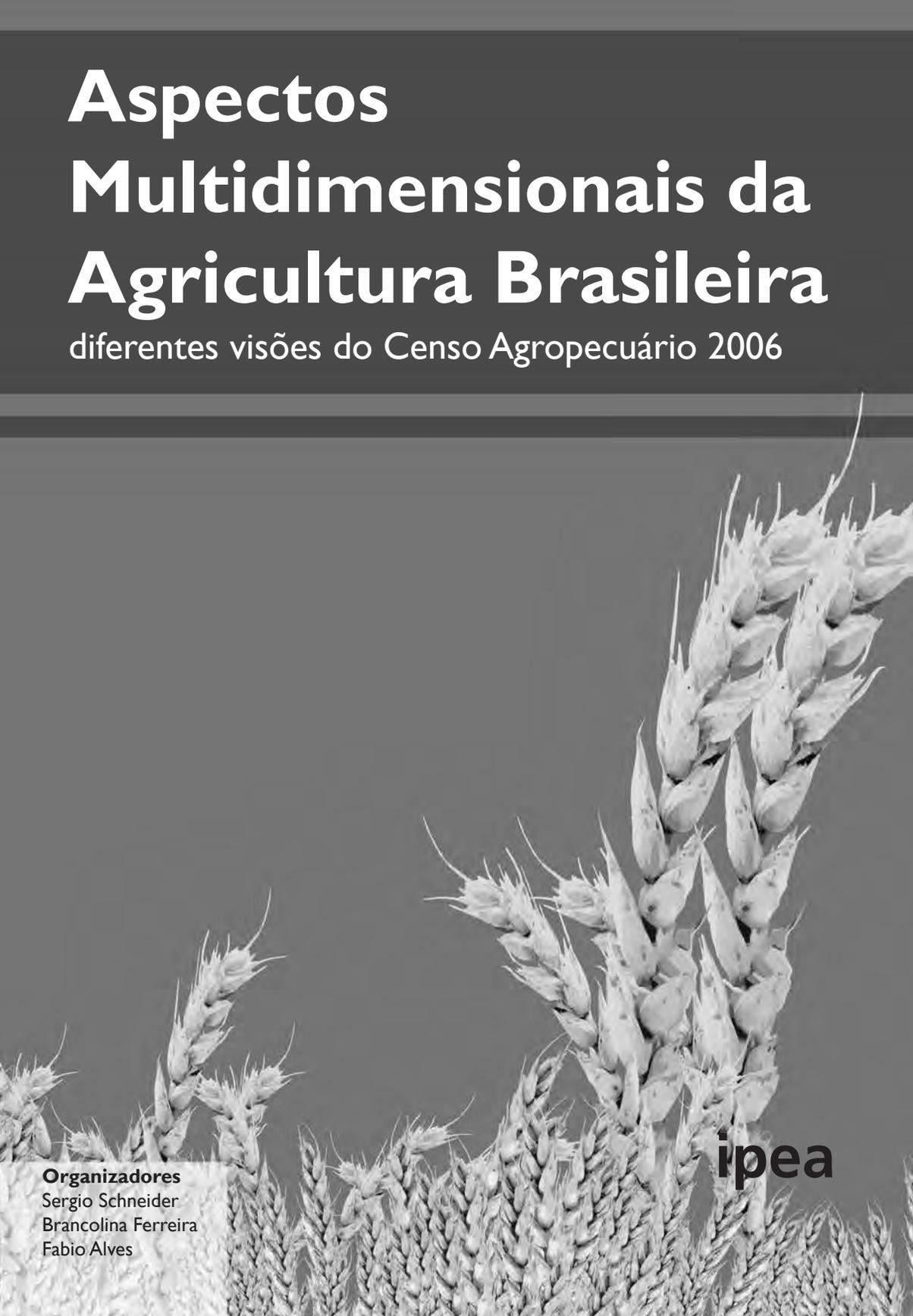


Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira

diferentes visões do Censo Agropecuário 2006

Organizadores
Sergio Schneider
Brancolina Ferreira
Fabio Alves

ipea

The cover features a detailed, high-contrast black and white photograph of wheat stalks. The stalks are arranged in a way that creates a sense of depth and texture, with some stalks in sharp focus in the foreground and others receding into the background. The lighting highlights the individual grains and the fine hairs on the awns.

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro interino Marcelo Côrtes Neri

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira

diferentes visões do Censo Agropecuário 2006

Organizadores
Sergio Schneider
Brancolina Ferreira
Fabio Alves

ipea
Brasília, 2014

Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira:
diferentes visões do Censo Agropecuário 2006 /
organizadores : Sergio Schneider, Brancolina
Ferreira, Fabio Alves. – Brasília : Ipea, 2014.

387 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7811-191-5

1. Agricultura. 2. Censos Agropecuários. 3.
Estabelecimentos Agrícolas. 4. Brasil. I. Schneider,
Sergio. II. Ferreira, Brancolina. III. Alves, Fabio. IV.
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD : 338.10981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

O RETRATO DA EXTENSÃO RURAL A PARTIR DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006

Cidonea Machado Deponti
Luciana Maria Scarton
Sergio Schneider

1 INTRODUÇÃO

É corriqueiro ver que estudiosos e formuladores de políticas são bastante otimistas em relação às mudanças rurais em curso no Brasil, iniciadas em meados da década de 1990 e aprofundadas nos últimos dez anos, quando passaram a adquirir maior visibilidade. O espectro de mudanças que poderiam ser arroladas é amplo, indo das transformações que afetam o conjunto da agricultura familiar, que se beneficiou das políticas de acesso à terra – a reforma agrária brasileira, que talvez possa ser mais bem definida como processo de reestruturação fundiária mediante compra de terras pelo Estado e promoção de assentamentos em áreas rurais –, até as políticas de crédito, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outros. Mas as mudanças no meio rural brasileiro também chegaram aos grupos sociais mais vulneráveis e raramente contemplados, como é o caso das mulheres, dos jovens e das populações tradicionais, como os descendentes de quilombolas, pescadores e outros. Este quadro de mudanças na situação social e econômica do rural responde em larga medida pela alteração do quadro de vulnerabilidade e pobreza, que as estatísticas mais variadas têm mostrado, algumas delas destacadas neste livro.

Entre as razões que podem ser arroladas para explicar esse processo de mudanças no meio rural do Brasil pode ser citada a retomada do papel da extensão rural e da assistência técnica aos agricultores e demais populações rurais, já que o público-alvo foi ampliado para além dos produtores em si. Não obstante a retomada de investimentos e a atuação da ação extensionista tenham se iniciado em meados da década de 1990, foi somente durante a primeira metade dos anos 2000 que seus efeitos e seu papel se tornaram mais visíveis, fosse pelo aumento do número de extensionistas em atuação, fosse pela ampliação do orçamento público destinado a esta rubrica.

No entanto, até o presente momento, são escassos os trabalhos que se dedicaram a analisar qual a relação entre as mudanças rurais recentes no Brasil e a ação da extensão rural. O objetivo deste trabalho é tentar suprir parte desta lacuna, pois pretende-se apresentar um perfil da extensão rural do Brasil com base nos dados do Censo Agropecuário 2006, que ainda é a base de dados mais atualizada e completa sobre a agricultura e as atividades rurais no Brasil que se tem disponível.¹ A elaboração deste perfil focaliza algumas variáveis que se considera mais importantes, como a identificação da periodicidade de acesso à orientação técnica nos estabelecimentos agropecuários, a origem desta orientação, o nível de instrução dos beneficiários da atividade econômica e a relação hipotética entre ter acesso a orientação técnica e fazer uso de agrotóxicos.

À guisa de introdução, vale a pena qualificar um pouco melhor o argumento de que nos anos recentes houve um aumento sensível no apoio e estímulo à retomada do papel da extensão rural pública por meio das políticas governamentais. No que se refere ao orçamento financeiro, os dados mostram que os investimentos passaram de R\$ 42 milhões em 2003 para R\$ 482 milhões em 2009, correspondendo a um crescimento de mais de 1.000% em sete anos. No âmbito legal, vale a pena destacar a criação da Lei de Ater (Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010), que passou a ser o novo e renovado marco legal regulador para a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Em termos políticos, houve a recriação de instituições de assistência técnica e extensão rural (Ater) e mesmo a ampliação das formas de extensão para modelos de empresas público-privadas, como no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e em alguns estados no Nordeste, o que permitiu a contratação de novos extensionistas por meio de processos seletivos/concursos públicos.

Essas mudanças passaram a ocorrer de forma mais acentuada a partir de 2003, quando o governo federal passou a ter uma preocupação com a reorientação e a redefinição da extensão rural, dando ensejo à elaboração do documento que desemboca na formação da PNATER, em 2004. Por esta razão, acredita-se que as informações do Censo Agropecuário 2006 podem ajudar a esclarecer as relações entre a mudança rural da última década e meia e a contribuição da ação extensionista. Neste sentido, o objetivo central deste capítulo consiste em fazer uma análise sobre a presença e as características da extensão rural no Brasil com base nos dados do Censo Agropecuário 2006.

1. Este capítulo é fruto do subprojeto de pesquisa Orientação Técnica no Brasil e no Rio Grande do Sul: um retrato a partir do Censo Agropecuário 2006, vinculado ao projeto Análise dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006, projeto de cooperação técnica entre o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desenvolvido entre novembro de 2010 e novembro de 2011.

Este capítulo está organizado em uma introdução, em que se expõem as questões mais gerais da pesquisa e uma breve contextualização da extensão rural. Na sequência apresenta-se a seção 2, que trata da metodologia utilizada. Na seção 3 trata-se exclusivamente dos dados do Censo Agropecuário 2006, em que se elenca a orientação técnica prestada no Brasil e no Rio Grande do Sul, de acordo com algumas variáveis eleitas.

A justificativa pela escolha do Brasil e do Rio Grande do Sul como unidades de análise estriba-se no fato de que nesse estado a extensão rural possui um papel importante na promoção do desenvolvimento rural e a instituição Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Emater-RS/Ascar) é reconhecida como uma das mais ativas do Brasil. Além disso, a comparação serve como um indicador de referência da situação e da posição de uma unidade em relação à outra.

2 CONTEXTUALIZANDO A EXTENSÃO RURAL

Nas décadas de 1960 e 1970, a extensão rural caracterizava-se por ser um dos dispositivos do processo mais geral de difusão de tecnologias agrícolas, desempenhando um papel central na mudança da base tecnológica da agricultura. Nos anos 1980, em face dos questionamentos crescentes quanto ao potencial transformador da modernização agrícola, aparecem as primeiras críticas e restrições ao papel subsidiário da extensão rural no modelo anterior, mas foi na década de 1990 que a crise desta perspectiva se ampliou de fato, fazendo com que as instituições e mesmo as referências teóricas do modelo de inovação-difusão conhecessem mais claramente seus limitantes.

A mudança na forma de atuação e na busca de novos enfoques e referências da extensão rural no Brasil inscreve-se no processo mais geral de transformações que o país conheceu a partir do fim do regime militar e início da redemocratização. Foi nesse período que se acirraram as discussões acerca do modelo nacional de desenvolvimento agrícola e do próprio papel da extensão rural, dando ensejo ao movimento conhecido como *repensar da extensão rural*. Objetivamente, reconhece-se a necessidade de mudança na postura adotada pelos extensionistas, passando a se sugerir um processo educativo dialógico, participativo e democrático, de forma a valorizar os conhecimentos e as práticas dos agricultores e passar a considerá-los como agente ativo nos processos de inovação e uso de tecnologias. No Rio Grande do Sul, tal movimento culminou com a formulação do Projeto Extensão Rural: o repensar e o refazer a extensão rural no Rio Grande do Sul, propondo a transformação da Emater-RS/Ascar em um serviço público essencial ao desenvolvimento dos agricultores do estado (Emater, 1988).

Mas esse processo de reorientação da extensão rural sofreu forte revés na década de 1990, em face da retirada do Estado no financiamento da Ater pública. Entre as primeiras medidas tomadas pelo então eleito presidente Fernando Collor de Mello esteve a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), o que contribuiu para a desorganização, o desmonte e a desarticulação do sistema oficial de Ater pública no país. Os reflexos nos estados da Federação não foram menos drásticos, provocando situações de extinção de empresas, em alguns casos, mudança no regime jurídico e sucateamento, em outros, e mesmo a fusão entre a extensão com pesquisa como forma de sobrevivência da primeira (Peixoto, 2010). Tal situação foi uma das responsáveis por precipitar o ingresso e a maior participação de outros agentes não estatais na extensão rural, como as organizações não governamentais (ONGs), o que resultou na criação de um ambiente mais pluralista em termos institucionais, como destacam Diesel, Neumann e Sá (2012).

É nesse contexto que se inscreve a transformação estrutural do perfil da extensão rural no Brasil. Para isto, contribuíram tanto as mudanças no contexto político de redemocratização quanto a maior estabilidade macroeconômica, o que permitiu que a partir de meados da década de 1990 ocorresse a retomada das discussões sobre o desenvolvimento rural e o papel e lugar da extensão rural. Segundo Schneider, Shiki e Belik (2010), este processo está vinculado a um duplo movimento que tem, de um lado, o protagonismo de atores sociais rurais, como os sindicatos ligados à agricultura familiar – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) – e aos movimentos que reivindicavam terra – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – e, por outro, as ações do Estado, especialmente por meio das políticas públicas para a agricultura familiar e da reforma agrária.

Passados alguns anos desde a criação de políticas diferenciadas e compensatórias para determinados grupos no campo – por exemplo, crédito para agricultura familiar, compra de terras para assentamentos de reforma agrária, promoção da aposentadoria rural, transferência de renda via políticas sociais, como o Bolsa Família, entre outros –, vários estudos passaram a destacar o papel proeminente e ativo da ação extensionista na viabilização destas políticas, ações e programas governamentais. Em função disso, a assistência técnica e extensão rural retomou prestígio e vem sendo considerada uma ferramenta importante para perpetrar a intervenção no campo e fortalecer os processos de desenvolvimento rural.

Apenas como exemplo, salienta-se que em 2003, sob o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado um grupo de trabalho composto por especialistas em extensão rural para coordenar a elaboração da nova política nacional de Ater, culminando, em 2004, com o lançamento oficial do documento Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. A nova política de Ater

passou a ter como eixo orientador o desenvolvimento sustentável centrado no fortalecimento da agricultura familiar, visando melhoria da qualidade de vida das populações rurais e adotando largamente referências teóricas e metodológicas da agroecologia. A partir de então, observa-se uma ampliação considerável do financiamento dos serviços de Ater pelo governo federal. Os investimentos passaram de R\$ 42 milhões em 2003 para R\$ 482 milhões em 2009, o que corresponde a um crescimento de mais de 1.000% em sete anos. Nesse período, o número de agricultores atendidos passou de 106 mil para 2 milhões, e o quadro de extensionistas no campo aumentou de 10.500 para 16.500, tendo sido capacitados aproximadamente 8 mil agentes de Ater (Brasil, 2010).

Não obstante esses resultados, a extensão rural no Brasil encontra-se em uma situação paradoxal. Conforme destacado, na maior parte dos estados do país ela foi extinta ou reestruturada, o que na maioria das vezes significou sua descaracterização. Nos casos em que a extensão se manteve ativa, há incerteza sobre suas condições de cumprir com um novo conjunto de prerrogativas e atuar sob um enfoque de desenvolvimento rural. Os dados do Censo Agropecuário 2006 sobre o acesso a orientação técnica aos agricultores, bem como o seu perfil, parecem refletir esta situação paradoxal da extensão rural nos últimos anos.

3 A ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO CENSO AGROPECUÁRIO 2006 – ALGUMAS DEFINIÇÕES

Os dados utilizados para fazer um perfil da extensão rural no Brasil e no Rio Grande do Sul foram obtidos no Censo Agropecuário 2006, publicados pelo IBGE em 2009. A unidade básica de investigação é o estabelecimento agropecuário, compreendido conforme o IBGE como:

toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável (IBGE, 2009a, p. 7).

O acesso aos dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b) foi feito por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), com construção das tabelas segundo os interesses da presente pesquisa. O Censo Agropecuário 2006 incluiu o levantamento da variável *orientação técnica especializada*, considerada como a assistência prestada ao estabelecimento agropecuário por profissionais habilitados, como engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, veterinários, zootecnistas, engenheiros agrícolas, biólogos, técnicos agrícolas, tecnólogos de alimentos e/ou economistas domésticos, com a finalidade de transmitir conhecimento e orientar os produtores agropecuários.

O censo agropecuário classifica a procedência da origem da orientação técnica recebida nos estabelecimentos agropecuários segundo a divisão a seguir.

- 1) Governos federal, estadual ou municipal – quando prestada por técnicos de órgãos governamentais, como a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), universidades, secretarias de agricultura, e empresas de extensão rural, por exemplo Emater, Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Casa da Agricultura, entre outras.
- 2) Própria ou do próprio produtor – quando prestada por técnico, pessoa física ou consultor, contratado pelo produtor ou quando a pessoa que administra o estabelecimento, produtor ou administrador, possua habilitação técnica ou formação profissional legalmente autorizada a prestar assistência às atividades desenvolvidas no estabelecimento.
- 3) Cooperativas – quando prestada por técnicos habilitados de cooperativas, desde que o produtor não tenha contrato de integração com estes.
- 4) Empresas integradoras – quando prestada por técnicos habilitados de empresas com as quais o produtor tenha contrato de integração.
- 5) Empresas privadas de planejamento – quando prestada por técnicos de empresas contratadas pelo produtor.
- 6) Organização não governamental – quando prestada por técnicos de ONGs.

Para elaboração dos dados analisados, foram realizados cruzamentos das informações relativas à orientação técnica, gerando quadros que permitem a visualização dos resultados. As informações cruzadas referem-se a: periodicidade (categorias regularmente ou ocasionalmente), origem (de acordo com a procedência), uso de agrotóxicos (utilização nos estabelecimentos), grau de instrução, atividade econômica, entre outras.

4 CARACTERÍSTICAS DO ACESSO DOS ESTABELECIMENTOS À ORIENTAÇÃO TÉCNICA

Os dados do Censo Agropecuário 2006 demonstram que tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul o acesso à extensão rural pelos estabelecimentos agropecuários é baixo. Os dados mostram que no Brasil 78% do total de estabelecimentos não receberam orientação técnica e, no Rio Grande do Sul, 50% não receberam. Isto significa que, dos 5.175.489 estabelecimentos agrícolas no Brasil e 441.467 existentes no Rio Grande do Sul, apenas 1.145.016 e 219.920, respectivamente, receberam orientação técnica.

TABELA 1
Periodicidade da orientação técnica no Brasil e no Rio Grande do Sul

Regiões	Variáveis selecionadas	Total de estabelecimentos	Total área (ha)	Total de estabelecimentos (%)	Total área (%)
	Total	5.175.489	329.941.393	100	100
Brasil	Periodicidade				
	Não recebeu	4.030.473	167.148.822	78	51
	Ocasionalmente	662.564	69.522.849	13	21
	Regularmente	482.452	93.269.722	9	28
	Total	441.467	20.199.489	100	100
Rio Grande do Sul	Periodicidade				
	Não recebeu	221.547	6.400.501	50	32
	Ocasionalmente	123.953	5.628.330	28	28
	Regularmente	95.967	8.170.658	22	40

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: pesquisadores do projeto Análise dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006.

Esses dados parecem refletir as mudanças salientadas anteriormente no texto em relação ao percurso e aos problemas que a extensão rural enfrentou nos anos 1990. Vale lembrar que o período de cobertura do levantamento dos dados do censo agropecuário (1996-2006) cobre o momento de recuperação do apoio à extensão rural, sendo este censo um importante instrumento para execução das políticas públicas.

De certa forma, esses dados contradizem as expectativas de cobertura da orientação técnica salientadas por outros estudos. Buainain (2007), com base em análise do Censo Agropecuário 1996, afirmou que 46,6% dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul foram atendidos pela Ater privada ou pública. Muchagata (2003) destacou a elevada cobertura das instituições governamentais na região Sul do Brasil, no que se refere à presença de escritórios locais, mas Lisboa, Silveira e Diesel (2010) destacam que não há correspondência entre a presença de escritórios locais e a cobertura no atendimento aos agricultores para o caso da Emater-RS/Ascar. Segundo os autores, a empresa está presente em 97% dos municípios gaúchos – em mais de 480 municípios há escritórios locais –, no entanto menos de 50% do total de estabelecimentos receberam algum tipo de ação técnica, segundo dados apurados do Censo Agropecuário 2006.²

No que tange à origem dessa orientação técnica, os dados do Censo Agropecuário 2006 mostram que no Brasil o setor público (federal, estadual e municipal)

2. No caso do Rio Grande do Sul, a orientação técnica prestada regularmente representa 22% e ocasionalmente 28% do total de estabelecimentos. Segundo Deonti (2010) a explicação para isto pode estar no fato de que a Emater-RS/Ascar atende a uma diversidade de ações e possui número insuficiente de técnicos para uma cobertura maior da orientação técnica, que é feita por demanda dos agricultores.

foi o maior responsável. Em 40% dos estabelecimentos que receberam orientação técnica, esta foi prestada pelo setor público, enquanto cooperativas e empresas integradoras foram responsáveis pela orientação técnica em 18% e 12% dos estabelecimentos assistidos, respectivamente. Ainda, em 20% dos estabelecimentos que receberam orientação técnica, esta foi própria ou do próprio produtor. Em apenas 7% dos estabelecimentos a orientação foi disponibilizada por empresas privadas e apenas 1% contou com a orientação de ONGs.

No Rio Grande do Sul, a orientação técnica do governo (federal, estadual e municipal) igualmente possui a maior representatividade, sendo responsável pela assistência em 31% dos estabelecimentos, enquanto cooperativas e empresas integradoras são responsáveis pela orientação em 26% e 24% dos estabelecimentos, respectivamente. Tão somente 7% dos estabelecimentos receberam orientação disponibilizada por empresas privadas e menos de 1% contou com a orientação de ONGs. A orientação técnica própria ou do próprio produtor foi utilizada em 10% dos estabelecimentos que receberam esta orientação.

No Rio Grande do Sul, verifica-se, em comparação com o Brasil, que a orientação técnica prestada pelo governo nos três níveis apresenta uma queda de aproximadamente 10% – Brasil 40% e Rio Grande do Sul 31%. Tal fato pode ser explicado pela abertura do sistema de Ater, ou seja, o pluralismo dos serviços a partir de 2000, que reduziu o papel do Estado na oferta de serviços de Ater. No entanto, no Rio Grande do Sul a sustentação dos serviços depende dos recursos do Estado e no período 2000-2005 a Emater-RS/Ascar ampliou seu público de atuação em torno de 67%, enquanto o número de servidores para o mesmo período cresceu apenas 4,95% (Deponti, 2010). Esta situação contribui de forma plausível para a compreensão do fato de a orientação técnica no Rio Grande do Sul ter apresentado cobertura inferior ao Brasil na categoria *governo*, pois neste estado a Emater-RS/Ascar possui alta representatividade.

TABELA 2

Total de estabelecimentos que receberam orientação técnica no Brasil e no Rio Grande do Sul, por origem

Variáveis selecionadas	Governo (federal estadual ou municipal)	Própria ou do próprio produtor	Cooperativas	Empresas integradoras	Empresas privadas de planejamento	ONG	Outra origem
Brasil	491.600	250.241	225.521	153.858	85.195	6.793	30.374
Brasil (%)	40	20	18	12	7	1	2
Rio Grande do Sul	77.868	25.692	64.509	59.781	14.669	499	4.797
Rio Grande do Sul (%)	31	10	26	24	6	0	2

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: pesquisadores do projeto Análise dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006.

Também, observa-se maior participação percentual das cooperativas (26%) e das integradoras (24%) em comparação com os dados do Brasil em geral, correspondendo a 50% da orientação no estado, ou seja, mais do que aquela prestada pelo governo nos três níveis (31%). A orientação prestada pelas empresas integradoras destina-se basicamente a atividades como fumo, frango e suíno, sendo a orientação técnica prestada quase que exclusivamente sobre questões técnicas e produtivas. Além disso, cabe destacar, de acordo com Lisboa, Silveira e Diesel (2010), que a orientação fornecida pelas integradoras encontra-se inserida em um pacote em que o agricultor não tem poder de arbitrar sobre o que deseja e sobre a decisão de tomar ou não a assistência. Salienta-se, ainda, o fato de o “pacote tecnológico” oferecido nem sempre considerar a dimensão ambiental.

No Brasil, entre aqueles que receberam orientação técnica segundo estratos de área, os estabelecimentos com área até 20 ha, ou seja, produtores sem área (5%); com área maior de 0 e menor de 1 ha (12%); de 1 ha a menos de 5 ha (24%); e de 5 ha a menos de 20 ha (26%), representam 67% do total dos estabelecimentos com acesso à orientação técnica. O estrato, em termos percentuais, que representa a maior proporção de acesso à orientação é aquele situado entre 5 ha e 20 ha (26%), ou seja, quando somados os estabelecimentos com acesso à orientação com área de 20 ha a mais de 500 ha estes, por seu turno, representam um total de apenas 33% da orientação técnica prestada. Portanto, embora apenas 22% do total de estabelecimentos rurais tenham recebido orientação técnica ocasionalmente (13%) e regularmente (9%) no Brasil, esta, quando prestada, se concentra em pequenas áreas (67%).

No Rio Grande do Sul, os dados assemelham-se aos do Brasil, indicando que os estabelecimentos com área de até 20 ha, ou seja, produtores sem área (2%); com área maior de 0 e menor de 1 ha (2%); de 1 ha a menos de 5 ha (18%); e de 5 ha a menos de 20 ha (44%), representam 66% do total dos que receberam orientação técnica e os estabelecimentos com 20 ha ou mais representam apenas 34% do total. No Rio Grande do Sul, o estrato de 5 ha a menos de 20 ha igualmente representa, em termos percentuais, a maior proporção de acesso à orientação (44%). Portanto, se no Rio Grande do Sul 44% dos estabelecimentos que acessam a orientação técnica encontram-se no estrato de 5 ha a menos de 20 ha, estes dados significam que a orientação técnica prestada no Rio Grande do Sul concentra-se em pequenas propriedades.

TABELA 3

Total de estabelecimentos que receberam orientação técnica no Brasil e no Rio Grande do Sul, segundo estratos de área

Variáveis selecionadas	Produtor sem área	Maior de 0 e menos de 1	De 1 a menos de 5	De 5 a menos de 20	De 20 a menos de 100	De 100 a menos de 500	De 500 e mais
Brasil	255.024	606.808	1.233.926	1.373.129	1.234.785	371.114	100.703
Brasil (%)	5	12	24	27	24	7	2
Rio Grande do Sul	6.857	11.218	78.911	194.012	120.046	23.087	7.336
Rio Grande do Sul (%)	2	3	18	44	27	5	2

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: pesquisadores do projeto Análise dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006.

Quanto aos estabelecimentos que receberam orientação técnica por estrato e por origem de forma conjunta, verifica-se que, no caso brasileiro, a orientação técnica prestada pelo setor público lidera os estratos de produtor sem área até estabelecimentos com 100 ha. Assim, a orientação técnica do governo é responsável por 55% do total no estrato de produtores sem área, 59% no estrato dos estabelecimentos com até 1 ha e 49% no estrato de 1 ha a menos de 5 ha. Uma consideração importante para o caso brasileiro é que o maior número de estabelecimentos se concentra nos estratos de 5 ha a 20 ha e de 20 ha a 100 ha, e que nestes estratos o setor público lidera a orientação técnica prestada, com 42% e 39%, respectivamente.

Conforme se observa, a participação do setor público, em termos comparativos com relação a outras origens de orientação técnica, decai conforme aumenta a área dos estabelecimentos, atendendo a apenas 14% dos produtores que recebem orientação no estrato dos estabelecimentos com áreas superiores a 500 ha.

A maior participação das cooperativas na orientação técnica, em termos percentuais, corresponde aos estratos de 5 a 20 ha (19%), de 20 ha a 100 ha (22%) e de 100 ha a menos de 500 ha (18%), representando, em média, em torno de 20%. A orientação técnica oriunda de empresas integradoras também tem destaque, em termos percentuais, nos estratos de 1 ha a 5 ha e de 5 ha a 20 ha, atingindo 15% e 17 % de participação, respectivamente.

TABELA 4

Total de estabelecimentos no Brasil que receberam orientação técnica, segundo estratos de área e origem

Estratos de área	Estabelecimentos	Governo (federal, estadual ou municipal)	Própria ou do próprio produtor	Cooperativas	Empresas integradoras	Empresas privadas de planejamento	ONG	Outra origem
Produtor sem área	15.926	8.755	3.284	709	2.162	481	201	334
Maior que 0 e menor que 1	30.622	18.073	6.863	1.470	1.795	1.110	445	866
De 1 a menos de 5 ha	158.224	78.035	24.917	17.544	24.257	8.214	1.139	4.118
De 5 a menos de 20 ha	418.013	175.588	52.831	81.249	72.964	23.863	2.360	9.158
De 20 a menos de 100 ha	414.331	163.144	75.818	92.521	43.440	28.158	1.929	9.321

(Continua)

(Continuação)

Estratos de área	Estabelecimentos	Governo (federal, estadual ou municipal)	Própria ou do próprio produtor	Cooperativas	Empresas integradoras	Empresas privadas de planejamento	ONG	Outra origem
De 100 a menos de 500 ha	145.906	39.249	53.839	26.560	6.565	14.606	502	4.585
A partir de 500 ha	60.560	8.756	32.689	5.468	2.675	8.763	217	1.992
Produtor sem área (%)	100	55	21	4	14	3	1	2
Maior que 0 e menor que 1 ha (%)	100	59	22	5	6	4	1	3
De 1 a menos de 5 ha (%)	100	49	16	11	15	5	1	3
De 5 a menos de 20 ha (%)	100	42	13	19	17	6	1	2
De 20 a menos de 100 ha (%)	100	39	18	22	10	7	0	2
De 100 a menos de 500 ha (%)	100	27	37	18	4	10	0	3
A partir de 500 ha (%)	100	14	54	9	4	14	0	3

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: pesquisadores do projeto Análise dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006.

Nos estabelecimentos com mais de 500 ha a orientação técnica é majoritariamente própria ou do próprio produtor (54%). Este também é o estrato em que a orientação pelas empresas de planejamento privadas possui maior participação percentual (14%). Tais dados indicam que os estabelecimentos de maior porte dão ênfase aos serviços de orientação privados (próprios ou de empresas).

Já no Rio Grande do Sul, merece destaque a participação das cooperativas e das empresas integradoras na orientação técnica de estabelecimentos de 1 ha a 100 ha. No estrato de 20 ha a menos de 100 ha, por exemplo, as cooperativas detêm 33% da participação, superando o governo (30%). Para o estrato de 1 ha a 5 ha, ressalta-se a participação das empresas integradoras que, junto com o governo, lideram a orientação técnica, com, respectivamente, 35% e 36%.

TABELA 5

Total de estabelecimentos no Rio Grande do Sul que receberam orientação técnica, segundo estratos de área e origem

Estratos de área	Estabelecimentos	Governo (federal, estadual ou municipal)	Própria ou do próprio produtor	Cooperativas	Empresas integradoras	Empresas privadas de planejamento	ONG	Outra origem
Produtor sem área	1.767	474	220	166	808	46	0	53
Maior que 0 e menor que 1 ha	1.488	632	273	251	219	64	4	45
De 1 a menos de 5 ha	26.193	9.387	2.077	4.058	9.086	1.025	45	515
De 5 a menos de 20 ha	111.661	39.501	6.315	27.040	31.539	5.040	246	1.980
De 20 a menos de 100 ha	84.042	24.822	7.341	27.796	16.882	5.560	150	1.491
De 100 a menos de 500 ha	16.138	2.513	5.646	4.337	1.039	2.089	38	476
A partir de 500 ha	6.526	539	3.820	861	208	845	16	237

(Continua)

(Continuação)

Estratos de área	Estabelecimentos	Governo (federal, estadual ou municipal)	Própria ou do próprio produtor	Cooperativas	Empresas integradoras	Empresas privadas de planejamento	ONG	Outra origem
Produtor sem área (%)	100	27	12	9	46	3	0	3
Maior que 0 e menor que 1 ha (%)	100	42	18	17	15	4	0	3
De 1 a menos de 5 ha (%)	100	36	8	15	35	4	0	2
De 5 a menos de 20 ha (%)	100	35	6	24	28	5	0	2
De 20 a menos de 100 ha (%)	100	30	9	33	20	7	0	2
De 100 a menos de 500 ha (%)	100	16	35	27	6	13	0	3
A partir de 500 ha (%)	100	8	59	13	3	13	0	4

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: pesquisadores do projeto Análise dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006.

Dos estabelecimentos que recebem orientação técnica no Rio Grande do Sul (50% do total de estabelecimentos), para aqueles que se encontram no estrato de 5 ha a menos de 20 ha, estrato este onde se concentra o maior número de estabelecimentos, 35% da origem desta orientação é relativa ao governo, nas três esferas.

Dois dados interessantes no Rio Grande do Sul são: *i*) os estabelecimentos com mais de 500 ha que são orientados pelos próprios produtores ou por assistência técnica própria; e *ii*) os estabelecimentos entre o estrato de 0 ha a 1 ha em que 42% da orientação técnica é realizada pelo governo.

No Rio Grande do Sul, assim como no Brasil como um todo, o maior número de estabelecimentos se concentra nos estratos de 5 ha a 20 ha e de 20 a 100 ha e o governo lidera a orientação técnica prestada, mas salienta-se que para estes mesmos estratos as cooperativas e as empresas integradoras apresentam uma orientação expressiva. No Rio Grande do Sul, os dados do Censo Agropecuário 2006 demonstram elevada participação das cooperativas, chegando a 33% de participação no estrato de 20 ha a 100 ha. Uma hipótese plausível seria que as cooperativas do Rio Grande do Sul estão viabilizando acesso à orientação técnica para seus associados (Diesel, Neumann e Sá, 2012).

Observa-se também que, nas propriedades com 500 ha ou mais, a orientação técnica é própria ou do próprio produtor, representando 54% no Brasil e 59% no Rio Grande do Sul. Deste fato pode-se concluir que, embora a cobertura da orientação técnica no Rio Grande do Sul seja baixa – apenas 50% dos estabelecimentos acessam orientação –, as pequenas propriedades, representadas neste caso por estabelecimentos com até 100 ha, são aquelas que apresentam maior cobertura desta orientação.

Em relação ao nível de instrução dos chefes dos estabelecimentos rurais que receberam orientação técnica no Brasil, 48% apresentam o ensino fundamental incompleto e 12% são não alfabetizados e sem instrução. Para o Rio Grande do Sul, 70% dos chefes dos estabelecimentos possuem apenas o ensino fundamental incompleto.

Isso demonstra que, provavelmente, o baixo nível de escolarização seja um dos fatores pelos quais os agricultores não buscam assistência técnica. Por seu turno, este dado também leva à indagação sobre o tipo de orientação técnica que deverá ser ofertada a estabelecimentos que possuem baixa capacidade de compreensão das sofisticadas informações sobre o *modus operandi* de máquinas e de sementes geneticamente modificadas e o acesso às políticas públicas, entre outras.

Ainda sobre a análise do grau de instrução no Rio Grande do Sul, verifica-se que o nível de instrução dos chefes de estabelecimentos com ensino fundamental incompleto é, respectivamente, de 69%, 71%, 76% e 60% para os seguintes estratos de área: produtor sem área; de 0 a 5 ha; de 5 ha a 50 ha; e de 50 ha a menos de 200 ha.

TABELA 6

Nível de instrução dos chefes dos estabelecimentos no Brasil e no Rio Grande do Sul que receberam orientação técnica

Variáveis selecionadas	Não alfabetizados e sem instrução	Alfabetização de adultos	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio	Ensino superior
Brasil	144.373	41.180	601.466	149.069	213.230	94.264
Brasil (%)	12	3	48	12	17	8
Rio Grande do Sul	8.515	2.109	173.824	25.905	26.733	10.729
Rio Grande do Sul (%)	3	1	70	10	11	4

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: pesquisadores do projeto Análise dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006.

Os estabelecimentos de 200 ha a menos de 500 ha; e com área maior ou igual a 500 ha são os que apresentam mais alta escolaridade, ou seja, ensino superior, sendo que 22% e 38%, respectivamente, dos chefes dos estabelecimentos têm ensino superior; somando-se estes dois estratos, têm-se 60% dos chefes dos estabelecimentos com ensino superior. Apenas no estrato igual ou maior que 500 ha, o ensino superior ultrapassa o ensino fundamental incompleto. Para esta situação, destaca-se o fato de que quem está recebendo orientação técnica configura-se um público com baixa escolaridade, pois nas propriedades maiores, ou seja, com 500 ha ou mais, 38% dos chefes dos estabelecimentos possuem ensino superior.

TABELA 7
Nível de instrução dos chefes dos estabelecimentos no Rio Grande do Sul, segundo estratos de áreas

Estratos de área	Não alfabetizados e sem instrução	Alfabetização de adultos	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio	Ensino superior
Produtor sem área	754	137	4.731	754	411	69
	11%	2%	69%	11%	6%	1%
Maior que 500	147	0	1.614	954	1.834	2.788
	2%	0%	22%	13%	25%	38%
De 200 a 500	210	105	3.982	1.572	2.305	2.305
	2%	1%	38%	15%	22%	22%
De 50 a 200	1.520	380	22.793	4.938	5.318	3.039
	4%	1%	60%	13%	14%	8%
De 5 a 50	17.321	2.887	219.395	25.981	17.321	5.774
	6%	1%	76%	9%	6%	2%
De 0 a 5	9.013	1.803	63.992	8.112	5.408	1.803
	10%	2%	71%	9%	6%	2%

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: pesquisadores do projeto Análise dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006.

Dessa forma, verifica-se que o nível de instrução dos chefes dos estabelecimentos no Rio Grande do Sul é muito baixo, apresentando ensino fundamental incompleto na maioria dos estratos.

Pode-se afirmar que a orientação técnica prestada no Rio Grande do Sul concentra-se em estratos com áreas de estabelecimentos menores e chefes dos estabelecimentos com baixo grau de instrução, e apresenta orientação técnica dos órgãos públicos expressiva.

No que tange à orientação prestada aos estabelecimentos segundo a atividade econômica, no Brasil, os itens pecuária e criação de outros animais, lavouras temporárias e lavouras permanentes são três categorias que concentram o maior número de estabelecimentos agropecuários, sendo que nestas categorias em torno de 75% dos estabelecimentos não receberam orientação técnica.

Em termos percentuais a produção florestal (florestas nativas) e a pesca foram as que menos receberam orientação técnica, apenas 0,6% e 0,7% dos estabelecimentos respectivamente, provavelmente porque são atividades em que a produção ainda é feita de forma extrativista e sem muito acesso às tecnologias de manejo e gestão.

TABELA 8
Estabelecimentos que recebem orientação técnica, segundo atividade econômica no Brasil

Regiões	Variáveis selecionadas	Total	Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal – florestas plantadas	Produção florestal – florestas nativas	Pesca	Aquicultura
	Total	5.175.489	1.908.654	200.379	558.587	2.682	2.277.211	74.344	126.649	15.072	11.911
	Periodicidade										
Brasil	Não recebeu	4.030.473	1.481.286	155.058	417.607	1.509	1.772.611	61.359	118.985	14.037	8.021
	Ocasionalmente	662.564	223.350	26.956	81.420	560	314.763	7.441	5.327	739	2.008
	Regularmente	482.452	204.018	18.365	59.560	613	189.837	5.544	2.337	296	1.882
	Total (%)	100	37	4	11	0	44	1	2	0	0
	Periodicidade (%)										
Brasil	Não recebeu (%)	78	78	77	75	56	78	83	94	93	67
	Ocasionalmente (%)	13	12	13	15	21	14	10	4	5	17
	Regularmente (%)	9	11	9	11	23	8	7	2	2	16

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: pesquisadores do projeto Análise dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006.

No Rio Grande do Sul, as categorias pecuária e criação de outros animais e lavouras temporárias são as que concentram o maior número de estabelecimentos agropecuários, sendo que 16% e 28% dos estabelecimentos receberam regularmente algum tipo de orientação técnica. Na categoria horticultura e floricultura 71% não receberam orientação técnica.

No caso do Rio Grande do Sul, esse dado pode ser muito significativo quando se considera que boa parte dos produtores de pecuária integra a assim chamada *pecuária familiar*. Segundo Ribeiro (2009), existem mais de 45 mil estabelecimentos nesta categoria, representando cerca de 50% do total de estabelecimentos.

Somando os estabelecimentos que receberam orientação regularmente e ocasionalmente para as categorias pecuária e criação de outros animais e lavouras temporárias, tem-se 59% e 41%, respectivamente, que não receberam nenhum tipo de orientação técnica. As lavouras temporárias no Rio Grande do Sul, principalmente de soja, trigo e milho, são muito expressivas para a produção agrícola, no entanto, para estes casos apenas 28% dos estabelecimentos receberam orientação técnica regularmente e 31% ocasionalmente.

As categorias pesca e aquicultura apresentam 66% e 62%, respectivamente, do total de estabelecimentos que não receberam orientação técnica. Este percentual é alto, considerando-se o fato de no Rio Grande do Sul existirem 15 mil famílias dedicadas à pesca e em torno de 10 mil dedicadas à aquicultura, representando, portanto, um público potencial para ações da extensão rural.

TABELA 9
Estabelecimentos que recebem orientação técnica, segundo a atividade econômica no Rio Grande do Sul

Regiões	Variáveis selecionadas	Total	Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal – florestas plantadas	Produção florestal – florestas nativas	Pesca	Aquicultura
	Total	441.467	221.476	16.644	19.999	361	167.701	12.204	2.010	195	877
Rio Grande do sul	Periodicidade										
	Não recebeu	221.547	90.099	11.762	9.736	123	98.555	8.938	1.660	129	545
	Ocasionalmente	123.953	68.774	3.220	6.608	151	42.640	2.027	272	61	200
	Regularmente	95.967	62.603	1.662	3.655	87	26.506	1.239	78	5	132
	Total (%)	100	50	4	5	0	38	3	0	0	0
Rio Grande do sul	Periodicidade (%)										
	Não recebeu (%)	50	41	71	49	34	59	73	83	66	62
	Ocasionalmente (%)	28	31	19	33	42	25	17	14	31	23
	Regularmente (%)	22	2	10	18	24	16	10	4	3	15

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: pesquisadores do projeto Análise dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006.

Para o Brasil, no cruzamento dos dados relativos ao uso de agroquímicos e a origem da orientação técnica, verifica-se que 83% dos estabelecimentos que receberam orientação de empresas integradoras – que se caracterizam pela utilização de tecnologias e insumos modernos –, 65% dos que receberam orientação de empresas privadas de planejamento e 77% dos que receberam orientação de cooperativas fizeram uso de agrotóxicos. Este percentual cai para 43% dos estabelecimentos quando a origem da orientação é do governo, 40% quando a orientação é própria ou do próprio produtor e 31% quando oriunda de ONGs.

TABELA 10
Uso de agrotóxicos nos estabelecimentos que receberam orientação técnica, segundo sua origem no Brasil

Variáveis selecionadas	Total	Governo (federal, estadual ou municipal)	Própria ou do próprio produtor	Cooperativas	Empresas integradoras	Empresas privadas de planejamento	ONG	Outra origem
Não utilizou	3.622.043	259.318	139.051	45.637	23.070	26.861	4.451	13.740
	70%	53%	56%	20%	15%	32%	66%	45%
Utilizou	1.396.069	210.878	99.811	172.971	127.805	55.530	2.122	15.577
	27%	43%	40%	77%	83%	65%	31%	51%
Usa, mas não precisou utilizar em 2006	157.377	21.404	11.379	6.913	2.983	2.804	220	1.057
	3%	4%	5%	3%	2%	3%	3%	3%

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Elaboração: Pesquisadores do projeto Análise dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006.

Destaca-se que, daqueles estabelecimentos que não utilizaram agrotóxicos e que receberam orientação técnica, 53% tiveram orientação prestada pelo governo nas três esferas e 66% por ONGs; ressalte-se que o número de estabelecimentos que receberam orientação técnica tendo como origem o governo, é de 259.318; já este número referente às ONGs equivale a 4.451.

Os dados para o Rio Grande do Sul no que se refere ao uso de agroquímicos nos estabelecimentos que receberam orientação técnica chamam atenção, porque para qualquer origem da orientação técnica, o uso de agroquímicos nos estabelecimentos é expressivo: para governos (federal, estadual ou municipal) (72%), própria ou do próprio produtor (60%), cooperativas (90%), empresas integradoras (94%), empresas privadas de planejamento (85%), ONGs (54%), outra origem (73%).

Portanto, na correlação entre os estabelecimentos que utilizam agrotóxicos e o total de estabelecimentos de acordo com a origem da orientação técnica o destaque é para as cooperativas (90%) e para as empresas integradoras (94%), evidenciando-se novamente uma relação entre o uso de tecnologias modernas e insumos químicos e estas origens da orientação técnica.

TABELA 11

Uso de agrotóxicos nos estabelecimentos que receberam orientação técnica, segundo sua origem no Rio Grande do Sul

Variáveis selecionadas	Total	Governo (federal, estadual ou municipal)	Própria ou do próprio produtor	Cooperativas	Empresas integradoras	Empresas privadas de planejamento	ONG	Outra origem
Não utilizou	155.633 35%	19.169 25%	9.461 37%	5.464 8%	3.038 5%	2.008 14%	214 43%	1.197 25%
Utilizou	273.851 62%	56.381 72%	15.446 60%	57.971 90%	56.218 94%	12.432 85%	269 54%	3.515 73%
Usa, mas não precisou utilizar em 2006	11.983 3%	2.318 3%	785 3%	1.074 2%	525 1%	229 2%	16 3%	85 2%

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: pesquisadores do projeto Análise dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006.

Se se considerar os que não utilizaram agroquímicos no que se refere à origem da orientação técnica, as ONGs representam 43%. No entanto, não apresentam um número expressivo de estabelecimentos, apenas 214. O governo é uma das origens que apresenta um número de estabelecimentos expressivos (56.381). Vinte e cinco por cento dos estabelecimentos assistidos pelo governo não utilizaram agroquímicos. Quando a orientação é própria ou do próprio produtor, 37% não utilizaram agroquímicos, mas esta origem apresenta apenas 9.461 estabelecimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento atual é de fortalecimento e adequação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil e, neste contexto, as informações que contribuam para a avaliação de seu desempenho, como aquelas relativas ao alcance e perfil da orientação técnica, se mostram relevantes. Este capítulo buscou analisar a presença e as características da extensão rural no Brasil e no Rio Grande do Sul com base nos dados do Censo Agropecuário 2006. Para tanto, de forma conclusiva, cabe destacar que este censo trata de acesso à orientação técnica e não de extensão rural, aproximando-se de um trabalho de assistência técnica prestada.

Portanto, não permitindo informações suficientes para subsidiar uma discussão, por exemplo, sobre a atuação da Emater-RS/Ascar para o caso do Rio Grande do Sul. Dessa forma, os dados permitem análises gerais sobre o acesso à orientação técnica, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul.

Os dados do censo refletem essa situação paradoxal em que se encontra a extensão rural, pois a dificuldade de traçar ou redefinir seu papel em contextos de desenvolvimento rural levam à dificuldade da coordenação das ações prioritárias e da demonstração do efetivo impacto no meio rural. No caso do Rio Grande do Sul, no máximo metade do total de estabelecimentos rurais (50%) recebe algum tipo de orientação técnica. Esta situação remete a pensar o papel e a necessidade da extensão rural. Em primeiro lugar, porque metade dos estabelecimentos está trabalhando sem a orientação devida e, em segundo, se a extensão é necessária, o que está faltando para que o Estado aporte recursos suficientes para a ampliação do serviço e o aperfeiçoamento da qualidade.

No que se refere ao perfil dos estabelecimentos que recebem algum tipo de orientação técnica, tanto para o Brasil como para o Rio Grande do Sul, destacam-se: o tamanho dos estabelecimentos (áreas pequenas), o baixo grau de escolaridade (ensino fundamental incompleto), o peso da extensão pública na prestação do serviço e o alto uso de agroquímicos. Este perfil da orientação técnica no meio rural vai ao encontro dos princípios da nova política de Ater no que se refere à concentração em áreas pequenas – em torno de 5 ha a 100 ha. O peso da extensão pública na prestação do serviço pouco reflete os esforços de busca do pluralismo para os serviços de Ater. A baixa escolaridade dos chefes dos estabelecimentos que recebem orientação representa o desafio para as organizações de Ater relativas à construção do conhecimento e, finalmente, o uso de agroquímicos reflete o apego às velhas práticas difusionistas que se mantêm como consagradas na produção agrícola brasileira.

Quanto ao questionamento inicial – se esta sensação de que houve uma ampliação ou mesmo uma retomada da extensão rural no Brasil se reflete nos números do Censo Agropecuário 2006 –, no que se refere à ampliação de recursos de Ater e, principalmente, à Lei de Ater, ainda não apresentam impactos significativos na orientação técnica prestada pelo governo nos três níveis (federal, estadual e municipal), embora este tipo de orientação tenha se colocado como significativo na análise dos resultados, provavelmente porque o censo agropecuário reflete informações para o ano de 2006, as supracitadas medidas ocorreram ao longo dos anos 2000 e a Lei de Ater é de 2010.

Os dados analisados apresentam algumas limitações; entre elas, destacam-se: os dados representam um ponto no tempo, dificultando a construção de uma série histórica, ou até mesmo de uma tendência, pois seriam necessários pelo

menos dois pontos no tempo; os eventuais problemas de coleta – a construção das perguntas no que se refere a orientação técnica pode promover alterações profundas nos resultados, pois muitas vezes não há compreensão por parte dos entrevistados; os dados do censo agropecuário são obtidos por meio de entrevista direta com o produtor, ou seja, são registros de ato declaratório, não estando submetidos à certificação das informações prestadas, tampouco a conferências com informações cartoriais; as diferentes fontes de informações e metodologia não permitem a comparação com censos anteriores; há dificuldade de acesso às informações não publicadas; e os dados não permitem estimar a participação de cada esfera de governo na oferta de Ater no que se refere à origem da orientação técnica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Assistência Técnica**. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov/portal/saf/programas/assistenciaticnica>>. Acesso em: 23 maio 2010.

BUAINAIN, A. M. (Coord.) **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

DEPONTI, C. M. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul**. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. **Extensão rural no contexto de pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de Ates nos assentamentos de reforma agrária do RS**. Ijuí; RS: Editora da Unijuí, 2012. 352 p.

EMATER – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Projeto extensão rural: o repensar e o refazer a extensão rural no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Emater, 1988. 18 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notas Técnicas: Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009a. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/notatecnica.pdf>.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009b.

LISBOA, R. S.; SILVEIRA, L.; DIESEL, V. **Extensão rural pública para quem? A nova face institucional da orientação técnica no Rio Grande do Sul**. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL. Porto de Galinhas, 2010.

MUCHAGATA, M. (Coord.) **Perfil dos serviços de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e assentados no Brasil**. Brasília: MDA; FAO, 2003. 159 p.

PEIXOTO, M. **A extensão privada e a privatização da extensão**: uma análise da indústria de defensivos agrícolas. 2009. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, C. M. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SCHNEIDER, S.; SHIKI, S.; BELIK, W. Rural development in Brazil: overcoming inequalities and building new markets. A comparative analysis of rural development processes in China, Brazil and the European Union. **Rivista di Economia Agraria**. Ano LXV, n. 2, p. 225-260, giugno 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institua Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: maio 2011.

EMATER – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Relatório de atividades da Emater-RS/Ascar 2009**. Porto Alegre: Emater, 2010. 128 p.

GUANZIROLI, C. E. *et al.* Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. *In*: GUANZIROLI, C. E. *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SCHNEIDER, S. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. Versão Ampliada. *In*: CONGRESSO EUROPEU DE SOCIOLOGIA RURAL. Wageningen, Holanda, 2007.

TORTELLI, A. *et al.* (Coord.). **Relatório Final da Comissão de Representação Externa para tratar da situação da Emater/Rs**. 2011, 51 p.